

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.788.419 - RO (2018/0340908-4)**

**RELATORA** : MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
**RECORRENTE** : RUDY BALZ  
**ADVOGADO** : OMAR VICENTE E OUTRO(S) - RO006608  
**RECORRIDO** : GERSON LUIS DONIN  
**ADVOGADO** : CLÉBER JAIR AMARAL E OUTRO(S) - RO002856

**EMENTA**

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. VIOLAÇÃO DE SÚMULA. DESCABIMENTO. FUNDAMENTAÇÃO. AUSENTE. DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE.

1. Ação de indenização por danos materiais e compensação por danos morais, ajuizada pelo recorrente, em face do recorrido, decorrente de acidente de trânsito.
2. A interposição de recurso especial não é cabível quando ocorre violação de dispositivo constitucional ou de qualquer ato normativo que não se enquadre no conceito de lei federal, conforme disposto no art. 105, III, "a" da CF/88.
3. A ausência de fundamentação ou a sua deficiência importa no não conhecimento do recurso quanto ao tema.
4. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, não obstante a interposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.
5. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.
6. Recurso especial não conhecido, com majoração de honorários.

**DECISÃO**

Cuida-se de recurso especial interposto por RUDY BALZ, fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional.

**Ação:** de indenização por danos materiais e compensação por danos morais, ajuizada pelo recorrente, em face de GERSON LUIS DONIN, decorrente de acidente de trânsito.

**Sentença:** julgou parcialmente procedente o pedido, para condenar o recorrido ao pagamento de R\$ 14.008,00 (quatorze mil e oito reais) a título de indenização por danos materiais, e de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para compensar os danos morais.

**Acórdão:** deu provimento à apelação interposta pelo recorrido, a fim de julgar improcedente o pedido, nos termos da seguinte ementa:

Acidente de trânsito. Causa determinante. Fato constitutivo do direito do autor. Ônus da prova. Improcedência. Recurso provido.

Compete ao autor o ônus da prova do fato constitutivo de seu direito, consistente na prova de que o acidente se deu por culpa do condutor do veículo da parte requerida e, falhando em tal mister, a improcedência do pedido inicial é medida que se impõe.

**Recurso especial:** alega violação dos arts. 927, parágrafo único, 932 e 933 do CC/02, 373, § 1º, e 489 do CPC/15 e da Súmula 341/STF. Assevera que foi comprovada a culpa exclusiva do recorrido. Argumenta que o recorrido não conseguiu provar sua tese defensiva.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

**- Julgamento:** aplicação do CPC/15.

**- Da violação de súmula**

A interposição de recurso especial não é cabível quando ocorre violação de súmula, de dispositivo constitucional ou de qualquer ato normativo que não se enquadre no conceito de lei federal, conforme disposto no art. 105, III, "a" da CF/88.

**- Da fundamentação deficiente**

Os argumentos invocados pelo recorrente não demonstram como o acórdão recorrido violou os arts. 927, parágrafo único, 932 e 933 do CC/02 e 373, § 1º, e 489 do CPC/15.

**- Da ausência de prequestionamento**

O acórdão recorrido não decidiu acerca dos arts. 932 e 933 do CC/02 e 373, § 1º, e 489 do CPC/15, indicados como violados, apesar da

interposição de embargos de declaração. Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível. Aplica-se, neste caso, a Súmula 211/STJ.

Ressalto, por oportuno, que os arts. 373, § 1º, e 489 do CPC/15 foram mencionados pela primeira vez no recurso especial, caracterizando verdadeira inovação das teses de defesa, de modo que não era dado ao TJ/RO analisar a controvérsia tendo em vista tais normas.

**- Do reexame de fatos e provas**

Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à comprovação da culpa do recorrido, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

Forte nessas razões, NÃO CONHEÇO do recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/2015.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado do recorrido em virtude da interposição deste recurso, majoro o valor dos honorários advocatícios para R\$ 3.000,00 (três mil reais), observada a gratuidade de justiça.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
Relatora